

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre de 2021, apesar de ter sido o pior período da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para o Brasil, foi um marco para Orizon Valorização de Resíduos. Em 17 de fevereiro de 2021, tivemos a nossa estreia na B3 em que consolidamos as melhores práticas de governança corporativa e reforçamos nossa estrutura de capital para garantir o crescimento da Companhia. O novo marco legal do saneamento, trouxe novos princípios, diretrizes e orientações para o planejamento e execução dos serviços públicos de saneamento básico, dentre os quais inclui o manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU). A Lei 14.026, aprovada em julho de 2020, responsabiliza o gestor público pela ausência de política de recuperação dos custos com manejo de resíduos sólidos, e estabeleceu, até 2024, a extinção dos mais de três mil lixões existentes, atualmente, no Brasil e, por fim, reforçou os marcos regulatórios que incentivam as atividades de recuperação energética e reciclagem. A Orizon VR vem se preparando para evoluir e aumentar sua presença no setor de resíduos sólidos, através do desenvolvimento de novos negócios e implementação de atividades de valorização de resíduos com destaque para reciclagem e geração de energia a partir do biogás. Em linha com os objetivos de expansão e crescimento, em maio a Companhia deu o primeiro passo para a implementação da maior unidade de tratamento mecanizado (UTM) do país que será instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, localizado no estado de Pernambuco. A UTM tem capacidade estimada de processamento de 500 mil toneladas de resíduos sólidos por ano e promoverá maior reaproveitamento dos resíduos com eficiência de separação esperada entre 75% a 85% de materiais recicláveis, o que implicará em um reaproveitamento final esperado da ordem de 6% a 8%. Destacando nosso DNA em ESG (Environmental, Social and Governance), somos uma Companhia que protege o meio ambiente e a saúde da população, tratando o resíduo de mais de 20 milhões de habitantes. No lado ambiental, somos um dos principais geradores de energia de biogás do País. Por fim, destacamos que fortalecemos nossa área de Governança, Riscos, Controles Internos e Compliance, implantando, inclusive, novas políticas de gestão. A receita líquida atingiu R\$ 88 milhões no 1T21, redução de 4,2% frente a receita do 1T20, justificado, principalmente, pela queda no volume dos resíduos sólidos recebidos nos ecoparques da Companhia, decorrente dos impactos da pandemia na economia pela queda do consumo, aumento do desemprego e fim do auxílio emergencial. Com isso, o EBITDA ajustado* registrou R\$ 25 milhões no 1T21 com margem de 29%. Em abril de 2021, no que tange ao perfil do endividamento da Companhia, vale ressaltar a liquidação antecipada parcial da dívida com o Credit Suisse, no montante de R\$ 68 milhões, referente a 6 Cédulas de Créditos Bancários (CCBs), restando ainda em aberto 22 CCBs para quitação até a realização de vencimentos. Estamos vivendo um período de transformação com desafios e oportunidades, visando uma gestão direta, pragmática e com foco na geração contínua e sustentável de valor aos seus acionistas, no desenvolvimento e excelência de seus profissionais e no bem-estar e progresso da comunidade, particularmente em nossas áreas de atuação.

Milton Pião - Diretor Presidente | **Leonardo Santos** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

(1) EBITDA Ajustado exclui pagamento baseado em ações

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: A Receita Operacional Líquida no 1T21 totalizou R\$ 88 milhões, redução de 4,2% em relação ao 1T20. A variação na comparação trimestral deve-se, principalmente, a queda de 5,6% do volume de resíduos destinados nos ecoparques da Companhia em função dos impactos causados pela pandemia na economia, o que incluiu a queda do consumo, aumento do desemprego e fim do auxílio emergencial. Vale destacar, que como parte da estratégia da Orizon VR, o volume total de créditos de carbono gerado no 1T21 (407 mil tco2e) ainda não foi comercializado e a Companhia espera firmar contratos de venda ao longo do segundo semestre de 2021.

2. CUSTOS E DESPESAS: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 111 milhões no 1T21 frente aos R\$ 68 milhões no 1T20, sendo o principal impacto o reconhecimento, não recorrente, do pagamento baseado em ações no montante de R\$ 38 milhões, em função do sucesso do evento de liquidez, a abertura de capital da Companhia na B3. Os pagamentos serão realizados entre os anos de 2021 a 2024.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	185	1	2.112	6.044
Títulos e valores mobiliários	4	342.893	5	349.438	10.511
Contas a receber de clientes	5	-	-	129.652	112.143
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	-	6	11.090	9.758
Adiantamentos	8.a	303	4.129	15.496	17.061
Total do ativo circulante		343.381	4.141	507.788	155.517
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	8.393	8.110	8.391	8.135
Contas a receber de clientes	5	-	-	9.900	9.730
Partes relacionadas	7	5.902	5.982	10.570	8.485
Depósitos judiciais e cauções	17.c	11	11	8.566	8.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	-	77.555	82.727
Adiantamentos	8.a	-	-	5.992	5.999
Investimentos	9	758.019	743.923	-	-
Imobilizado	10	-	-	284.571	284.195
Intangível	11	-	-	95.247	96.374
Direito de uso	12	-	-	18.009	11.201
Total do ativo não circulante		772.325	758.026	518.801	515.344
Total do ativo		1.115.706	762.167	1.026.589	670.861

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita operacional líquida	21	-	-	87.625	91.509
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(59.384)	(57.894)
Lucro bruto		-	-	28.241	33.615
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(41.099)	(56)	(51.321)	(10.304)
Outras receitas, líquidas		(383)	(3)	(932)	(2.821)
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial		(41.482)	(59)	(24.012)	20.490
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	92	480	4.747	708
Despesas financeiras	23	(25.257)	(21.027)	(24.167)	(26.802)
Resultado de equivalência patrimonial	9	14.096	10.597	102	(35)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(52.551)	(10.009)	(43.330)	(5.639)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	6.c	-	-	(2.995)	(3.524)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	6.c	5.972	-	800	-
Prejuízo do trimestre		(46.579)	(10.009)	(45.525)	(9.163)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		-	-	1.054	846
Controladores		-	-	(46.579)	(10.009)
Prejuízo básico por ação		(0,65)	(0,20)	(0,64)	(0,18)
Prejuízo diluído por ação		(0,85)	(0,19)	(0,83)	(0,17)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis		Reserva de capital - Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações		Reserva de capital - Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações		Reserva de capital - Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações		Reserva de capital - Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações		Reserva de capital - Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	
		Capital social	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - ágio na emissão de novas ações
Saldos em 1º de janeiro de 2020	20	543.448	30.877	-	-	3.023	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2020		543.448	30.877	-	-	3.023	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2020		544.323	30.877	-	-	3.023	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital proveniente da emissão de ações		300.000	-	81.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão dos instrumentos patrimoniais em capital		-	(30.877)	30.877	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus de subscrição exercido		-	-	156.664	-	-	(156.664)	-	-	-	-	-	-
Custo na emissão de ações - CPC 08		-	-	-	-	-	-	-	(29.802)	-	(29.802)	-	(29.802)
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	(46.579)	(46.579)	1.054	(45.525)	(9.163)
Saldos em 31 de março de 2021		844.323	-	268.941	-	3.023	-	-	10.359	(29.802)	(724.403)	372.441	16.358

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas				
Serviços prestados	-	-	102.380	103.665
Provisão de para créditos de liquidação duvidosa	-	-	102.581	105.320
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(571)	(59)	(38.242)	(39.012)
Custo dos serviços prestados	-	-	(34.647)	(37.846)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(571)	(59)	(3.595)	(1.166)
Valor adicionado bruto				
Retenções	(571)	(59)	64.138	64.653
Depreciação e amortização	-	-	(10.679)	(12.083)
Depreciação e amortização	-	-	(10.679)	(12.083)
Valor adicionado líquido produzido				
Depreciação e amortização	(571)	(59)	53.459	52.570
Valor adicionado recebido em transferência				
Depreciação e amortização	14.236	11.077	6.338	673
Resultado de equivalência patrimonial	14.096	10.597	102	(35)
Receitas financeiras	140	480	6.236	708
Valor adicionado total a distribuir				
Depreciação e amortização	13.665	11.018	59.797	53.243
Distribuição do valor adionado	13.665	11.018	59.797	53.243
Pessoal				
Remuneração direta	40.959	-	59.246	14.870
Remuneração indireta	19.315	-	28.249	11.606
Benefícios	10.931	-	15.655	2.047
FGTS	2.339	-	3.350	864
Outros	8.374	-	11.992	353
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(5.972)	-	18.640	17.335
Estaduais	-	-	13.887	12.374
Municipais	-	-	708	527
Municipais	-	-	4.045	4.434
Remuneração de capital de terceiros				
Aluguéis	25.257	21.027	27.436	30.201
Despesas financeiras	-	-	3.269	3.399
Despesas financeiras	25.257	21.027	24.167	26.802
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos (prejuízo) do período	(46.579)	(10.009)	(45.525)	(9.163)
Participação de não controladores	(46.579)	(10.009)	(46.579)	(10.009)
Participação de não controladores	-	-	1.054	846

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional. A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia", anteriormente denominada Haztec Investimentos e Participações S.A.) foi constituída em dezembro de 2009, com sede na Rua Joaquim Palhares, n.º 402, 1º andar, Cidade Nova, município e estado do Rio de Janeiro, e teve sua alteração de razão social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2020. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins. Em 31 de março de 2021, o principal ativo da Companhia é o investimento direto na Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon Meio Ambiente", anteriormente denominada Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. - "Haztec"). Adicionalmente, a Companhia também detém 100% das ações da Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), entidade detentora, através da Foxx Inova, de 67% do aterro de João Pessoa (PB) e da Unidade de Recuperação Energética ("URE") de Barueri, sendo esse o primeiro projeto de geração de energia elétrica a partir da queima de resíduos (waste-to-energy) da América Latina, em fase pré-operacional. As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia. Em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo de R\$281.502 (R\$43.621 negativo em 31 de dezembro de 2020). A partir de fevereiro de 2021, a Companhia passou a apresentar capital circulante líquido positivo em virtude principalmente dos recursos captados no processo de abertura de capital. Na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021, a Companhia reportou que os recursos captados seriam utilizados para investimentos, aquisições potenciais e estratégicas, amortização de dívida (nota 29) e manutenção do capital de giro. Em 28 de dezembro de 2020 a Companhia obteve waiver referente a dívida junto ao Credit Suisse, relativo ao não cumprimento de determinadas condições restritivas em 31 de dezembro de 2020, conforme detalhado na nota 12. A administração segue promovendo diversas ações com o objetivo da melhoria contínua da posição econômica e financeira da Companhia, tais como: (i) estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa; (ii) implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios; (iii) implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia a partir do biogás; (iv) início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri; (v) reperfilamento de dívida de empréstimos de curto prazo com o alongamento dos prazos; (vi) aquisições estratégicas e (vii) otimização dos recursos oriundos do processo de Oferta Pública de Ações, concluído em 11 de fevereiro de 2021, conforme detalhado na nota 30.

3. RESULTADO FINANCEIRO: O resultado financeiro líquido no 1T21 foi negativo em R\$ 19 milhões no 1T21, redução de 34% em relação ao 1T20. A variação na comparação trimestral deve-se, principalmente, pela: redução nos juros sobre empréstimos e financiamentos, decorrente do menor nível de endividamento na comparação trimestral (R\$ 347 milhões 1T21 vs. R\$ 460 milhões no 1T20) e ajuste a valor presente positivo da dívida com o Banco Bradesco.

4. EBITDA: A Companhia realizou EBITDA ajustado no 1T21 de R\$ 25 milhões com margem EBITDA ajustada de 29%, redução de R\$ 7 milhões em relação ao 1T20. A variação na comparação trimestral deve-se principalmente a redução da receita e volume de atividades da Companhia.

(1) EBITDA ajustado de eventos não-recorrentes.

5. RESULTADO LÍQUIDO: O resultado líquido do 1T21 apresentou prejuízo de R\$ 46 milhões. Excluindo o efeito das despesas não-recorrentes, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 7 milhões frente ao prejuízo de R\$ 9 milhões do 1T20.

6. ENDIVIDAMENTO: Em 31 de março de 2021, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 350 milhões, aumento de 3,7% em relação ao saldo de R\$ 337 milhões, reportado no 4T20. A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de março de 2021 reflete, principalmente, a entrada do caixa proveniente do IPO da Companhia realizado em fevereiro de 2021. Com isso, a dívida líquida da Orizon VR torna-se caixa líquido de R\$ 1 milhão. Importante destacar que em abril de 2021, como parte de estratégia de gestão do endividamento, a Companhia efetuou a liquidação antecipada parcial da dívida com o Credit Suisse, no montante de R\$ 68 milhões, referente a 6 Cédulas de Créditos Bancários (CCBs), restando ainda em aberto 22 CCBs para quitação até as respectivas datas de vencimentos.

7. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Orizon VR esclarece que a empresa Ernst Young Auditores Independentes S.S., presta os serviços para Companhia desde 04/02/2016. No trimestre findo em 31 de março de 2021, prestou a esta Companhia, os seguintes serviços. • Revisão independente para fins da emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021. No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia contratou o valor total de R\$ 1.368.163,27 de honorários a título de remuneração pelos serviços prestados de Auditoria independente, referente a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findar-se em 31 de dezembro de 2021 e revisão das informações financeiras intermediárias dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021. A contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes é realizada de forma que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

8. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO: Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela apresentação adequada das demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Acreditamos que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão livres de distorções relevantes, incluindo omissões. Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros. Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	57.038	43.921
Arrendamentos	12	-	-	9.229	5.493
Fornecedores	13	4.270	812	42.128	43.166
Outorgas a pagar	14	-	-	9.105	7.412
Salários e encargos sociais	15	980	-	11.753	9.789
Impostos e contribuições a recolher	6.b	3.316	60	36.785	39.696
Parcelamento de impostos	16	-	-	5.712	6.707
Adiantamento de clientes	18	-	-	22.053	17.628
Partes relacionadas	7	7.843	-	7.843	-
Contas a pagar	19	1.545	1.545	9.535	10.272
Outros passivos circulantes	8.b	240	63	15.105	15.054
Total do passivo circulante		18.194	2.480	226.286	199.138
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	578.750	553.610	272.	

hora de biogás em seus 04 aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 60MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras no contexto da geração de eletricidade. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás no formato take-or-pay com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa comercializa biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente, através de sua controlada Ecopesa Ambiental, participa de consórcio que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono ("CERs"), a Orizon Meio Ambiente através de seus aterros possui geração anual da ordem de 2,5 milhões de toneladas de carbono equivalente nos seus quatro aterros sanitários, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa. **Beneficiamento de Resíduos:** Na atividade de beneficiamento de resíduos, atualmente a Orizon Meio Ambiente conta com 02 unidades operacionais, sendo uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento) e uma joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderúrgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Em relação ao crescimento futuro, a administração acredita que essa atividade será um dos principais pilares de crescimento da Companhia com foco em: (a) beneficiamento de resíduos industriais e (b) triagem mecanizada e reciclagem de resíduos sólidos urbanos. **Engenharia Ambiental:** A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. b) **Foxx Holding:** A Foxx Holding é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Foxx Inova Ambiental S.A., é uma holding de participações subsidiária integral da Foxx Holding, que tem como investimentos: (i) participação majoritária (67%) da Foxx URE JP, que detém a concessão do aterro sanitário de João Pessoa, e (ii) é única acionista da URE Barueri, que detém a concessão, em formato de Parceria Público Privada, do projeto de geração de energia a partir dos resíduos (*waste-to-energy*) que será implantado no município de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo. O contexto operacional das controladas indiretas é como segue: a) **Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI"):** A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: • **Obra/Serviço:** Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. • **Início:** 15 de dezembro de 2000. **Término:** 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita. Adicionalmente, a CTR NI disponibiliza 13.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera CERs para comercialização. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) **Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA"):** Em 26 de novembro de 2008, a Orizon Meio Ambiente adquiriu a CTRA, concessionária do aterro sanitário do município de São Gonçalo (RJ). A CTRA desempenha, única e exclusivamente, as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação do aterro sanitário e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstos no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos de importantes municípios, tais como São Gonçalo, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA está em fase de implantação de uma usina termelétrica de geração de energia a partir do biogás de aterro sanitário. Como pode ser abaixo observado, a concessão da CTRA foi prorrogada para agosto de 2030 no âmbito do acordo judicial, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. **Termo de composição e ajuste de entendimentos:** Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante a CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A CTRA e a PMSG convencionaram que a quantia estimada de R\$28.904 deveria ser liquidada pela PMSG de forma diferida, até o prazo limite de 31/12/2020, em parcelas mensais no valor de aproximadamente R\$407 mil desde a homologação do termo firmado até a conclusão do trabalho pericial, quando então as parcelas mensais seriam redimensionadas de modo que a liquidação ocorresse até 31/12/2020. Em 31/12/2020 o saldo devedor era de R\$14.660. Eventual saldo devedor que excedesse a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 2020, conforme verificado pelo perito, deveria ser liquidado em parcelas mensais a iniciar em 01/01/2021, com valor mensal de aproximadamente R\$825 mil (corrigido pelo IPCA a partir da data de assinatura do termo), em tantas parcelas quantas necessárias até a liquidação integral do eventual saldo devedor que exceder a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 31/12/2020. O saldo em aberto em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de 14.660, conforme movimentação de recebimentos apresentada na Nota 6. O termo assinado foi chancelado por juiz, tendo validade de título executivo, havendo dessa forma previsibilidade de vencimento antecipado da dívida, em caso de inadimplência por parte do poder concedente. Com base no termo firmado, a CTRA obteve junto à PMSG e ao MPRJ, a extensão do prazo do contrato de concessão para 2030, além da ratificação sobre o direito de atualização dos saldos a receber junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Foi convencionado entre CTRA e PMSG, que a extensão do prazo de concessão seria a solução adequada para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato para a CTRA recuperar o período efetivo não utilizado devido a mudança da área de implantação do aterro sanitário. Adicionalmente, após termo de entendimento firmado entre a controlada CTRA, o MPRJ e a PMSG, foi iniciada perícia para levantamento dos valores a receber atualizados que a controlada possui em aberto junto ao poder concedente. Em 19 de abril de 2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo tendo como resultado as seguintes informações:

Em favor da CTRA (Concessionária)	
Tarifas mensais de referência (*)	31.649
Volume excedente	20.509
Reajuste	667
Crédito de carbono	16.042
Tratamento de chorume de Itaóca	14.715
Transporte de chorume de Itaóca	7.943
Total	91.525
Glosa aplicada	(14.724)
Saldo líquido ajustado	76.801

(*) Os valores firmados inicialmente no acordo estão contemplados nesta linha e se referem a pleito inicial da CTRA. Em 1º de setembro de 2020 foi proferida sentença referente ação ordinária de cobrança em face do Município de São Gonçalo, que julgou procedente o pedido principal da CTR Alcântara para condenar o Município de São Gonçalo ao pagamento de R\$ 18.868 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), valor consolidado em 20 de junho de 2018, admitindo na fixação do valor base a glosa em 8%. O valor original pleiteado era de R\$ 20.509, acrescido de reajuste de R\$ 667 conforme detalhado na NE 1. Contra a referida sentença, o Município, em 21 de setembro de 2020, interpsó recurso de apelação, o qual será objeto de contrarrazões pela CTRA. Após decurso o prazo de contrarrazões, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do processo para o reconhecimento do montante nas demonstrações financeiras. Os saldos demonstrados acima fazem parte das discussões em andamento pela Administração da Companhia junto com a PMSG. Do montante de R\$76.801, demonstrado na tabela acima, R\$14.660 compõem o contas a receber em 31 de março de 2021 (R\$14.660 em 31 de dezembro de 2020) registrada nas demonstrações financeiras. O restante refere-se ao valor pleiteado e somente será reconhecido contabilmente após a finalização de todo o trâmite aplicável confirmando o êxito por parte da CTRA. c) **Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM"):** Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. O contrato de concessão inclui a recuperação ambiental do "lixão" que recebeu resíduos desse município durante 24 anos. A CTRBM recebe cerca de 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para geração de 2MW energia termelétrica, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) **ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho"):** A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. Em 28 de outubro de 2016, a Companhia finalizou a aquisição integral da ETR Gramacho, passando a ser sua única controladora. e) **Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa"):** A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. Atualmente, a Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candeias"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 5.000 toneladas diárias de resíduos. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Orizon Meio Ambiente possui 100% do capital social da Ecopesa. **Aproveitamento de biogás para geração de energia:** Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda., tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. A ASJA, líder de projetos de geração de energia a partir de biogás de aterros sanitários na Europa, será a responsável por todos os investimentos e despesas necessárias para implantação, operação, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. O consórcio atualmente opera com 10 (dez) motores com capacidade instalada de 14MW de energia, possuindo mais dois novos motores em fase de implantação. f) **SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec"):** A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. Atualmente, a Administração da Companhia está em fase avançada de encerramento dessa controlada. g) **Vamtec Haztec Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Haztec"):** A Vamtec Haztec foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Haztec iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Haztec tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com parte de sua capacidade instalada. h) **Foxx Inova:** A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. i) **Foxx URE-BA:** A Foxx URE-BA, é uma sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, comercialização da energia oriunda da reciclagem energética, créditos de carbono e do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos. A Foxx URE-BA é pioneira na implantação de waste-to-energy na América Latina. j) **Foxx URE-JP:** A Foxx URE-JP é concessionária junto ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A empresa tem motogeradores para a geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA. k) Orizon FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados: Em 10 de dezembro de 2020, a Orizon assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Orizon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC ORIZON"), CNPJ nº 37.737.564/0001-11, administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela Modal Asset Management Ltda. e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC ORIZON, cuja integralização de recursos ocorreu em 11 de dezembro de 2020, no montante de R\$8.000. O Fundo será destinado à aplicação exclusivamente por único cotista (Orizon VR), que se qualifica como Investidor Profissional, nos termos da regulamentação aplicável. O Fundo passará a ser proprietário dos Ativos Recuperados com o objetivo específico de vendê-los a terceiros para fins e recuperação no investimento dos Ativos Creditórios Elegíveis. **Impacto do Covid-19:** De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo coronavírus ("COVID 19"). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil. A partir do Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Adicionalmente, a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento e antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia nacional, mas, uma vez que parte relevante da receita da Companhia vem se serviços essenciais a sociedade, os impactos nos resultados econômicos ou financeiros da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2021 não foram significativos. Frente aos desafios que a pandemia do COVID-19 impôs a todos, a Companhia estabeleceu o compromisso de, junto com Colaboradores, Parceiros e Clientes, enfrentar e trabalhar para ser parte da solução, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos Clientes, promover o bem-estar dos Colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade. A partir de março de 2020 a Companhia adotou ações emergenciais com a criação de Comitê Multidisciplinar - Prevenção ao COVID 19, que se comunica frequentemente reportando as situações de cada unidade, estabelecendo planos de contingências visando preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, assim como garantir a proteção dos profissionais e evitar a propagação da doença. **Cuidado com os colaboradores:** Em consonância com as medidas governamentais e a Medida Provisória 927, a Administração adotou políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, tais como: (i) Home-office para parte dos colaboradores, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco; (ii) Horários flexíveis de entrada e saída do escritório; (iii) Introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais; (iv) Acompanhamento e monitoramento em período integral para os casos identificados como suspeitos e/ou confirmados; (v) Disponibilização de atendimento por telemedicina via convênio médico firmado pela Companhia, com posterior encaminhamento para realização de exame para covid-19; (vi) Dentre outros procedimentos. Com o aumento da pandemia e consequentemente da necessidade de aprimoramento de medidas para combate aos efeitos provocados pela COVID-19, a Companhia passou a adotar medidas adicionais ao longo de 2020, tais como: • Comunicação interna abordando os temas da COVID-19: sintomas, transmissão, tratamento e prevenção e os canais de comunicação interna da Orizon para notificação de casos; • Inclusão do telefone de emergência no descanso de tela de todos os computadores; • Priorização das reuniões por teleconferência sobre as reuniões presenciais; • Afastamento imediato das atividades presenciais de colaboradores que apresentaram algum sintoma da COVID-19 ou que tenham tido contato com caso suspeito; • Distribuição de kits de higienização e proteção pessoal, tais como máscaras, álcool em gel, álcool líquido 70% e pano para limpeza da mesa; • Regime de *home office* para para os colaboradores cujo as atividades permitam o trabalho remoto diminuindo a circulação na sociedade e mitigando as chances de contaminação ou Sistema de rodízio do trabalho no escritório matriz evitando aglomerações; • Distribuição de

ceitas básicas para os trabalhadores em atividade essencial; • Acompanhamento diário de todos os casos suspeitos e ou confirmados de COVID-19 com envio de relatório para a Diretoria e Alta Direção das Unidades; • Contratação do serviço de telemedicina para atendimento gratuito de todos os funcionários e dependentes. **Impactos econômico-financeiros:** Houve impacto marginal nas operações dos eparques em razão de ações tomadas como rodízios de pessoal, aumento de custos de material de sanitização, dentre outros. Na parte comercial, houve redução do volume de resíduos de determinados clientes, principalmente das unidades de blendagem e incineração, além de diminuição das atividades de serviços ambientais em determinados contratos. A Companhia mantém um volume de caixa julgado suficiente pela administração para suportar as necessidades operacionais e de investimento, condição que, em seu entendimento da administração, garante fôlego para atravessar essa crise. Ainda assim, os potenciais impactos econômicos e financeiros são diariamente monitorados. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Em 31 de março de 2021, não foram reconhecidas perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. **Equilíbrio econômico dos contratos:** Parte relevante dos serviços da Companhia é considerada essencial pelos clientes, entretanto, em consonância com as atividades e diretrizes dos mesmos, e obediência às determinações de órgãos públicos e governos quanto ao fechamento de operações, a Companhia vem mantendo em funcionamento as suas atividades. Com vista à preservação das margens da Companhia, foram estabelecidas medidas para monitoramento dos impactos operacionais em cada unidade, tais como reunião com gestores para monitoramento de eventuais demandas de clientes, negociação com fornecedores em custos e prazos, entre outros.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e principais práticas contábeis. a) Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi concedida em 13 de maio de 2021. Conforme Orientação Técnica OCP/07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2021 na sua gestão. **b) Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. **c) Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis do Grupo em 31 de março de 2020. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

	Participação no capital (%)		
	31/03/2021	31/12/2020	
Companhia			
Orizon Meio Ambiente	Controlada	100	100
Foxx Holding	Controlada	100	100
FIDC Orizon	Controlada	100	100
Controladas diretas da Haztec:			
CTRNI	Controlada indireta	100	100
CTRA	Controlada indireta	100	100
CTRBM	Controlada indireta	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	100	100
Ecopesa	Controlada indireta	100	100
Vamtec Haztec	Controlada em conjunto	50	50
Controladas diretas da Foxx:			
Foxx Inova	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-BA	Controlada indireta	100	100
Orizon Locação Ltda	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-JP	Controlada indireta	67	67

e) **Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira - conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. f) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e regulatórios. g) **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:** As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.15 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa	1	1	56	44
Equivalentes de caixa	184	-	2.056	6.000
Total	185	1	2.112	6.044

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são mensuradas a valor justo por meio do resultado, sendo eventuais variações reconhecidas como ganho ou perda no resultado.

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Certificado de depósito bancário (CDB)	342.893	5	346.965	8.038
Títulos de capitalização	-	-	2.473	2.473
Total	342.893	5	349.438	10.511

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos para fins de utilização para manutenção do capital de giro e obtenção de rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a com rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs"). Os títulos de capitalização referem-se a títulos de capitalização do Banco Bradesco, com vencimento para 12 meses, remuneração próxima a 2% a.a. sobre os valores de face dos títulos e perda de valor (deságio) em caso de resgate antecipado.

5. Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/03/2021	31/12/2020
Contas a receber	111.781	104.903
Serviços a faturar (1)	60.263	49.261
	172.044	154.164
	(32.492)	(32.291)
	139.552	121.873
	129.652	80.839
	9.900	15.474

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se à apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento. Os saldos a receber oriundos da venda de biogás vêm sendo compensados com os adiantamentos e contas a pagar de arbitragem. Estas informações estão detalhadas nas notas 19 e 20, respectivamente. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	49.393	50.752
Vencidos até 30 dias	13.419	9.380
Vencidos de 31 a 60 dias	6.535	3.228
Vencidos de 61 a 90 dias	1.926	1.282
Vencidos de 91 a 180 dias	3.730	3.753
Vencidos de 181 a 360 dias	7.848	8.004
Vencidos acima de 360 dias	28.930	28.504
Total	111.781	104.903

O aging de contas a receber contempla os saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG. Como detalhado na nota 1, há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis atualmente contabilizados deste cliente. Os montantes a receber firmados em acordo assinado com a PMSG, no montante de R\$ R\$14.660, estão classificados na faixa de a vencer no quadro acima. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(32.291)	(35.673)
Reversão(constituição) de provisão, líquidas	(201)	(1.251)
Baixa de provisão de ativo	-	4.633
Saldo no fim do período	(32.492)	(32.291)

A avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico e valores para os quais há adiantamentos em aberto que poderão ser compensados no futuro com os saldos ativos. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de março de 2021. Conforme detalhado na Nota 1.d, há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$28.904 para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro e 2020	20.358	(5.698)
Parcelas recebidas em 2019	-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Parcelas recebidas no 1º trimestre de 2021	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	20.358	14.660

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): Em 3 de março de 2020, as controladas indiretas CTR NI e Ecopesa, participaram do 4º leilão de venda de crédito de carbono organizado pelo Pilot Auction Facility for Methane and Climate Change Mitigation (PAF), mecanismo desenvolvido pelo Banco Mundial para estimular o investimento em projetos que reduzem as emissões de gases de efeito estufa, maximizando o impacto dos fundos públicos e alavancando o setor privado de financiamento. Para participar do leilão, foi necessário realizar o pagamento de uma taxa de USD 0,30 por crédito de carbono ofertado pela Companhia. Nesse caso, as controladas desembolsaram, em conjunto, o montante de USD370 equivalente a R\$ 1.690 na data de pagamento. As controladas foram bem-sucedidas no leilão, comercializando 1.232.500 créditos de carbono a um preço de USD 1,98 por CER, devendo as controladas gerar as quantidades comercializadas, no período de 3 de março a 31 de dezembro de 2020. Os créditos serão validados por auditoria externa ao longo do primeiro semestre de 2021 e a previsão é de que o recebimento dos valores contratados ocorra até novembro de 2021. Em 23 de junho de 2020, a controlada indireta CTRA assinou contrato com a Caixa Econômica Federal para compra e venda de Certificados de Emissões (CERs). A comercialização de Reduções Certificadas de Emissões é lastreada em recursos do Carbon Partnership Facility (CPF), repassadas pelo Banco Mundial à Entidade Coordenadora, observando as condições contratuais. Valor unitário (CERs) - 1,91 Euro; Quantidade de CERs contratadas: • Período - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 - 350.000 CERs • Período - 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 - 467.180 CERs. Em 31 de março de 2021 os valores a receber pelas controladas referente as operações de credito de carbono montam em R\$23.667 (R\$27.868 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente a controlada indireta Foxx URE JP já possuía contrato firmado em 2019 para comercialização de créditos de carbono, sem relação direta com as transações descritas acima. Em 31 de março de 2021 o valor a receber era de R\$3.062 (R\$1.692 em 31 de dezembro de 2020). Não houve comercialização dos créditos de carbono gerados no primeiro trimestre de 2021 e, portanto, não foi reconhecida receita dessa atividade no período.

6. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar				
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	-	-	3.437	2.364
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	-	-	1.160	690
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	1.214	1.283
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	-	781	757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	-	2.434	2.523
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	18	

b) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	32	60	2.028	1.946
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6	-	8.765	12.862
Programa de Integração Social (PIS)	1	-	1.903	2.478
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	3.698	4.633
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	8.473	10.343
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	1.951	1.697
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	1.694	1.260
Outros impostos (*)	3.277	-	8.273	4.477
Total	3.316	60	36.785	39.696

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.
 c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(52.551)	(10.009)	(43.330)	(5.639)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	17.867	3.403	14.732	1.917
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	4.793	3.603	35	(12)
Doações	-	-	-	(24)
Créditos tributários não constituídos	(16.688)	(7.006)	(16.962)	(5.405)
Total do Imposto de renda e contribuição social	5.972	-	(2.195)	(3.524)
Alíquota efetiva (*)	11%	-	5%	62%
Imposto de renda e contribuição social	5.972	-	(2.195)	(3.524)

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Sobre prejuízos fiscais	140.386	140.087
Sobre base negativa de contribuição social	50.539	50.431
Sobre diferenças temporárias		
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	11.047	10.979
Provisão para contingências	12.126	11.819
Provisão para realização de créditos tributários	(67.780)	(67.798)
Total ativo fiscal diferido	146.318	145.518

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração a realização de reestruturações societárias que aumentem a eficiência tributária da controlada Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2022	167
2023	3.935
2024	14.174
2025	16.676
2026	18.924
2027	20.886
2028	22.755
2029	48.800
	146.318

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Até o exercício findo em 2013, os ágios gerados por aquisições e incorporações foram integralmente amortizados para fins fiscais. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

	Consolidado					
	31/03/2021		31/12/2020			
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Efeito líquido	Ativo diferido	Passivo diferido	Efeito líquido
Orizon Meio Ambiente (*)	146.318	(68.763)	77.555	145.518	(62.791)	82.727
Orizon	-	(8.712)	(8.712)	-	(14.684)	(14.684)

(*) No final do exercício de 2019, a controlada Orizon Meio Ambiente registrou no resultado a reversão do montante de R\$18.351 em detrimento da realização via provisão para impairment de ágios que já foram integralmente amortizados para fins fiscais. As informações detalhadas sobre impairment desses ágios estão apresentadas na Nota 12. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente registrou montante R\$9.587 de passivo fiscal diferido sobre o montante do ajuste a valor presente da Operação de assunção da dívida com o Bradesco (Nota 12). Também constituiu ativo fiscal diferido sobre montante ajuste a valor presente constituído sobre saldos de debêntures emitidas para a controladora, ao qual já havia registrado passivo fiscal diferido sobre o mesmo valor constituído. Para efeitos de consolidados estes diferidos são anulados, tendo em vista estarem constituídos no ativo e passivo. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos constituiu ativo fiscal diferido no montan de R\$29.753 sobre reconhecimento de ajuste a valor justo da operação de debêntures com a controlada Orizon Meio Ambiente. Em 31 de março de 2021 houve atualização dos efeitos fiscais diferidos sobre atualizações do montantes de ajustes a valor justo e presente. **Passivo fiscal diferido (Controladora).** O saldo apresentado abaixo se refere ao reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado da Companhia originado na operação com o FIDC NP, conforme melhor comentado na Nota 12.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Passivo fiscal diferido - Saldo apresentado no passivo não circulante	8.712	14.684		
PIS e COFINS diferidos: Durante os anos de 2020 e 2019, a Companhia constituiu PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP, conforme comentado na Nota 12.	195.813	195.813	9.105	9.105

7. Transações com partes relacionadas

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Partes relacionadas - Ativo				
Foxx Holding (1)	3.845	3.845	-	-
CTR Nova Iguaçu (1)	2.057	2.137	-	-
LS Participações (2)	-	-	8.258	7.597
Adiantamentos a diretores (3)	-	-	2.312	888
Total	5.902	5.982	10.570	8.485

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. (2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. Transações com sócio não controlador da Foxx URE-JP. (3) Os saldos referem-se a adiantamentos aos diretores para para rotinas do dia-dia.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Partes relacionadas - Passivo				
CTRBM (1)	18.113	18.113	-	-
Orizon Meio Ambiente (1)	75.599	81.016	-	-
CTR Alcântara (1)	8.633	8.634	-	-
Pagamento baseado em ações	26.132	-	26.132	-
Bônus da administração	957	-	957	-
Total	129.434	107.763	27.089	-
Circulante	7.843	-	7.843	-
Não circulante	121.591	107.763	19.246	-

(1) Referem-se a transações de conta corrente, oriundos de valores transferidos para pagamento das debêntures emitidas pela ORIZON. (2) Refere-se à remuneração da Administração por desempenho.

Pagamento baseado em ações: Em 31 de março de 2021, a Companhia possui provisionado em seu passivo montante de R\$38.248 referente a pagamento baseado em ações em função de acordo com membros do corpo executivo em virtude de sucesso em evento de liquidez, no caso em questão, abertura de capital da Companhia para negociação de suas ações na B3 que ocorreu a partir de fevereiro de 2021. Os pagamentos serão realizados em parcelas de 2021 a 2024, tendo sido quitado no trimestre findo em 31 de março de 2021, o montante de R\$11.916. A remuneração em questão está prevista no item 13.1.g do Formulário de Referência, tendo sido submetido também às aprovações societárias competentes. **Transações de Conta-Corrente:** Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a ORIZON possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período detalhados na Nota 12. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Remuneração do pessoal-chave da Administração (*)	42.311	6.506

(*) O trimestre encerrado em 31 de março de 2021 contempla o pagamento baseado em ações para administração no montante de R\$35.778.

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Adicionalmente, exceto pelo mencionado no tópico de pagamento baseado em ações, a Companhia não mantém nenhum outro programa de remuneração baseada em ações, nem outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores.

8. Adiantamentos e outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	-	-	1.656	2.106
Adiantamentos a fornecedores (3)	-	960	12.686	10.444
Gastos com a operação de abertura de capital (4)	-	3.169	-	3.169
Outros	303	-	1.296	1.491
Total	303	4.129	21.488	23.060
Circulante	303	4.129	15.496	17.061
Não circulante	-	-	5.992	5.999

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante

fixo mensal de R\$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da pericia judicial sobre os valores com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se a gastos incorridos com auditores e consultores no processo de abertura de capital, cujo montante foi reclassificado para o patrimônio líquido em 2021, quando ocorreu efetivamente a abertura de capital., conforme CPC 08.

b) Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
S.A. Paulista de Construções e Comércio (1)	-	-	7.515	7.470
Outros títulos a pagar (2)	240	63	7.590	7.584
Total	240	63	15.105	15.054

(1) Refere-se a saldos a pagar da CTRA à antiga controladora S.A. Paulista, referentes a saldos remanescentes anteriores à transação de aquisição pela Orizon Meio Ambiente. (2) A maior parte de saldo refere-se a obrigações com o cliente Bayer. Atualmente, a unidade de incineração na cidade Belford está localizada no parque industrial da Bayer, onde são prestados serviços para a mesma. Pela utilização do espaço e infraestrutura, a Bayer solicita ressarcimentos mensais para a Orizon Meio Ambiente.

9. Investimentos. A movimentação dos investimentos (Controladora e Consolidado) para 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora			
	31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2021	31/03/2021
Haztec	733.044	-	11.926	744.970
Foxx Holding	10.879	-	2.170	13.049
Total	743.923	-	14.096	758.019

	Controladora - 31/12/2020			
	31/12/2019	Subscrição - Reflexo	Equivalência Patrimonial	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente	449.948	156.664	126.432	733.044
Foxx Holding	7.003	-	3.876	10.879
Total	456.951	156.664	130.308	743.923

	Consolidado - 31/03/2021		
	31/12/2020	Despesa de equivalência patrimonial	31/03/2021
Ses Haztec	(158)	-	(158)
Vamtec Haztec	(845)	102	(743)
Total	(1.003)	102	(901)

	Consolidado - 31/12/2020			
	31/12/2019	Despesa de equivalência patrimonial	31/12/2020	31/12/2020
SES Haztec (i)	(158)	-	(158)	(158)
Vamtec Haztec	(1.423)	578	(845)	(845)
Total	(1.581)	578	(1.003)	(1.003)

(i) Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2)/ IFRS 11 - Negócios em Conjunto, as investidas em que a Companhia possui controle compartilhado, não são consolidadas.

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

	Haztec	Foxx	Vamtec Haztec (i)	SES Haztec (i)
Investimento				
Patrimônio líquido em:				
31/03/2021	744.970	13.049	(743)	(158)
31/12/2020 (*)	733.044	10.879	(845)	(158)

Resultado do trimestre findo em:

31/03/2021	11.926	2.170	204	-
31/03/2020	9.294	1.303	(70)	-

(*) Em junho de 2020 foi registrado monta de R\$156.664 referente a bônus de subscrição de ações, conforme detalhado na nota 21.

(i) A SES Haztec não possui resultados para os períodos apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% neste investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Investimentos	758.019	743.923	-	-
Provisão para perdas em investimentos (*)	-	-	901	1.003
Total, líquido	758.019	743.923	901	1.003

(*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

Títulos e valores mobiliários: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados: Conforme detalhado na nota explicativa 1.k, no final de 2020 a Orizon assinou Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Orizon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC ORIZON"), administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela Modal Asset Management Ltda. Em 31 de março de 2021, o montante mensurado deste investimento era de R\$8.393 (R\$8.110 em 31 de dezembro de 2020), estando este montante registrado na controlada Orizon Valorização Resíduos, porém distribuído pelos ativos e passivos consolidados da controladora via consolidação do FIDC ORIZON.

10. Imobilizado (consolidado)

	Consolidado									
	Terrenos	Veículos	Imóveis em terceiros (1)	Móveis e utilitários (2)	Equipamentos	Máquinas e instalações (2)/(3)	Instalações	Mais	Total	
Imobilizado, líquido										
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2020	24.000	3.550	8.674	1.018	3.831	50.542	505.057	10.800	607.472	
Adições	-	596	72	-	143	3.508	42.958	-	47.277	
Baixas	-	-	-	-	(209)	(14)	(858)	-	(1.071)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.000	4.146	8.746	1.018	3.974	53.841	548.001	9.942	653.668	
Adições	-	-	-	-	64	1.507	5.276	-	6.848	
Reclassificações	(3.566)	-	(23)	3.565	5	(5.760)	4.892	-	(887)	
Saldo em 31 de março de 2021	20.434	4.146	8.723	4.583	4.043					

ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 31 de março 2021, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chave sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC — Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2020	Metodologia Utilizada
Remediação e Consultoria	10%	15%	65.248	Valor em uso
Plastimassa	8%	15%	17.281	Valor em uso
Ecopesa	7%	15%	68.876	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	7%	15%	12.491	Valor em uso

No encerramento do exercício a se findar em 31 de dezembro de 2021, a Companhia procederá a reavaliação das UGCs e eventuais impactos de impairment.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Credor	Objeto	Vencimento	Controladora	
			Encargos financeiros	31/03/2021 31/12/2020
Orizon Meio Ambiente (i)	Debêntures	30/01/2022	CDI + 4% a.a.	671.462 663.888
Custos com emissão de Debêntures	Debêntures			(1.974) (1.974)
Ajustes a valor justo	Debêntures			(90.738) (108.304)
Total				578.750 553.610
Circulante				- -
Não circulante				578.750 553.610

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	
			31/03/2021	31/12/2020
Custos com emissão de Debêntures			(1.974)	(1.974)
Custo com a emissão de debêntures Banco ABC Brasil	CCBs	02/06/2023	CDI + 3,8% a.a.	(135) (135)
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil)	CCBs	10/07/2025	CDI + 9,5% a.a. e 21,0% a.a.	27.219 30.223
Custos na captação de empréstimos Banco Bradesco	CCB	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	287.435 283.277
Ajuste a valor justo			(20.564)	(19.963)
Total			63.550 62.954	
Circulante			(25.717)	(28.724)
Não circulante			329.814 325.658	
Total			57.038 43.921	
Circulante			272.776 281.737	

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	553.610	425.492	325.658	447.379
Encargos financeiros	7.574	40.609	10.923	41.627
Ajuste a valor presente	17.566	28.517	3.007	(28.724)
Ajuste a valor justo	-	58.992	-	-
Captações/ assunções de dívida	-	-	-	374.693
Diferimento de gastos na captação de dívidas	-	-	(601)	(19.923)
Pagamento de principal	-	-	(4.342)	(469.358)
Pagamento de juros	-	-	(4.831)	(20.036)
Saldos em 31 de dezembro	578.750	553.610	329.814	325.658

Em junho de 2020 a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente no montante corrigido de R\$61.542, passando a ORIZON a ser devedora de sua controlada direta, quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, foi reconhecido no mesmo período montante de R\$25.717 (R\$28.724 em 31 de dezembro de 2020) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. **Cronograma de pagamentos:** Em 31 de março de 2021, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
2022	578.750	46.884	578.750	46.884
2023	-	66.443	-	66.443
2024	-	68.763	-	68.763
2025	-	45.866	-	45.866
2027 em diante	-	44.820	-	44.820
Total	578.750	272.776	578.750	272.776

Emissões de debêntures da Orizon Meio Ambiente: CEF - Carteira Administrada de Saneamento do FGTS: Em 15 de abril de 2011, posteriormente aditada em dezembro de 2014, a controlada Orizon Meio Ambiente emitiu o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples ("Instrumento"), não conversíveis em ações, com garantia fluante e garantias adicionais para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor de R\$245.000, em série única, pelo prazo de 12 anos, ao custo de TR + 8,5% a.a. Algumas obrigações foram pactuadas na escritura, como cláusulas restritivas (covenants) financeiras, constituição de garantias e a emissão de classificação de risco (rating) anual para a operação, emitido por agência de classificação de risco (rating). Em 28 de fevereiro de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente realizou o resgate antecipado das debêntures anteriormente detidas pela CEF conforme Escritura Particular de Debêntures, através de operação de liquidação na B3. O resgate antecipado foi do montante de R\$40.525, utilizando como recurso nova dívida contraída junto ao Banco ABC Brasil em 28 de fevereiro de 2020, que quitou quase a totalidade do Instrumento. **Emissão de Debêntures para o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados:** A controlada Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP, assinaram Escritura Particular da Segunda e Terceira Emissões de Debêntures Simples, conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Orizon Meio Ambiente, tendo a Orizon como interveniente, bem como outras empresas do Grupo. O detalhamento dos montantes emitidos e integralizados destas debêntures estão conforme abaixo:

Data de aquisição	Data de integralização	Debêntures subscritas
23/04/2018	23/04/2018	193.752
23/05/2018	23/05/2018	49.223
30/07/2018	30/07/2018	32.291
01/11/2019	01/11/2019	112.404

Na ocorrência de um evento de vencimento antecipado ou caso as debêntures não fossem integralmente pagas na data de vencimento, observados os respectivos prazos de cura aplicáveis, as debêntures poderiam ser convertidas em ações ordinárias. As operações foram divididas em cinco séries, cada uma com os respectivos valores correspondentes e prazos de carência. As debêntures tinham remuneração de 1,67% a.m., sendo que 04 séries de cada emissão tinham carência de incidência de juros, conforme definido nos instrumentos pactuados. Em 19 de junho de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente realizou o pagamento das debêntures anteriormente detidas pela FIDC NP parte com recursos próprios, no montante de R\$416.124, parte com recursos provenientes da emissão de 28 Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Credit Suisse, totalizando R\$273.150 e parte com a emissão de Bonus de Subscrição (R\$ 156.664). Além disto, a Companhia desembolsou R\$5.004 de recursos próprios. A Companhia incorreu em R\$19.963 de gastos para captação dos recursos. **Captação de recursos - Banco ABC Brasil (Consolidado):** Em 18 de fevereiro de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil, com o propósito de suportar a quitação da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Fluante e Garantias Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Orizon Meio Ambiente. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CCBs") no valor total de R\$40 milhões, possuindo cada cédula as seguintes características: 1. Cédula - R\$7.000 ("CCB 1"): • Parcelas mensais: R\$1.000 acrescidas de 100% de variação do CDI + 0,3113% a.m. • Vencimento: 1ª parcela em 30/03/2020 e última parcela em 25/09/2020, ou seja, encontra-se quitada. 2. Cédula - R\$33.000 ("CCB 2"): • Parcelas mensais: R\$1.000 acrescidas de 100% de variação do CDI + 0,3113% a.m. • Vencimento: 1ª parcela em 26/10/2020 e última parcela em 12/06/2023. As CCBs foram desembolsadas em 28 de fevereiro de 2020 e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos não estão relacionadas ao atendimento de índices financeiros ou não financeiros. Abaixo a tabela com fluxo de pagamentos de principal das CCBs:

Emissões	2020	2021	2022	2023
CCB1	3.001	-	-	-
CCB2	3.012	12.000	12.000	6.000
Total	6.013	12.000	12.000	6.000

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) - (Consolidado): Em 1º de junho de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. assinaram CCBs Credit Suisse no montante de R\$273.150. Abaixo as principais condições das CCBs Credit Suisse: (i) Montante R\$210.700, divididos em 22 (vinte e duas) cédulas de crédito bancário ("CCBs Credit Suisse 1"), com prazos distintos, conforme a tabela abaixo. Sobre o principal ou saldo do principal, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br), acrescida de spread de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a data de desembolso ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. (ii) Montante de R\$62.450, divididos em 6 (seis) cédulas de crédito bancário ("CCBs Credit Suisse 2"), com prazos distintos, conforme a tabela abaixo. Sobre o principal ou saldo do Principal atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios pré-fixados de 21% (vinte e um por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculados em regime de capitalização composta, pro rata temporis, sendo que o período de capitalização é o período compreendido (i) entre a data de início do cálculo da remuneração, contados a partir da data de desembolso (conforme definido abaixo) e a data efetiva de pagamento dos juros ou a data de uma eventual primeira amortização, ou (ii) entre a data de uma eventual amortização e a data da amortização subsequente. Os contratos preveem algumas obrigações, como cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não-financeiras, bem como a constituição de garantias. A Companhia deverá manter, durante a vigência do referido Instrumento, os seguintes índices financeiros descritos abaixo, os quais são verificados trimestralmente, com base no resultado de 12 meses acumulados na data de verificação, a saber: (1) Relação dívida líquida/EBITDA - 3,70x (3,60x a partir de junho de 2021). (2) Relação EBITDA e Despesa Financeira Líquida - 1,80x (2,00x a partir de dezembro de 2021). (3) Índice de liquidez corrente - 1,0. (4) Capex - Limitado a R\$7.000 trimestrais, reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, pelo IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo. (5) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - 1,0. As garantias da operação são as seguintes: recebíveis, cessão de dividendos a receber, alienação fiduciária de equipamentos (R\$27.000), terrenos e imóveis (R\$12.105) e ações de investidas (Valor de patrimônio líquido das investidas indiretas CTRNI, CTRA, CTRBM e Ecopesa somam R\$313.458 em 31 de dezembro), dentre outros. Em 31 de março de 2021 a Companhia atendeu aos covenants requeridos. **Suspensão dos efeitos de vencimento antecipado - 31.12.2020:** Conforme divulgado na nota 1, em 28 de dezembro de 2020, a Companhia obteve waiver do Banco Credit Suisse pelo descumprimento de determinadas obrigações das CCBs emitidas pela Orizon Meio Ambiente, tais como não atingimento de índice de liquidez circulante estabelecido nas CCBs. Este waiver foi referente aos saldos de 31 de dezembro de 2020. Em 22 de abril de 2021, a Companhia realizou pagamento parcial antecipado de CCBs do Credit Suisse utilizando parte dos recursos captados no processo de abertura de capital (nota 30). **Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):** Em 23 de junho de 2020, Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com interveniência e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco no montante de R\$61.954, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R\$327, mensais e consecutivas; e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30/04/2029. Os juros remuneratórios serão calculados até o dia 19/06/2021 a uma taxa mensal de 0,84% ao mês, equivalente a taxa anual de 10,50%. Após essa data, o juros remuneratório serão calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e Companhia, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e reciprocamente quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes. **Emissões de debêntures da ORIZON: 4ª Emissão de novas debêntures simples - não conversíveis em ações:** Em 6 de fevereiro de 2013, a Companhia emitiu Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular"), não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$256.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal de 24 meses. A partir de fevereiro de 2015, os valores de principal e juros começaram a ser pagos em 11 parcelas de forma semestral até o vencimento. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não

haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. Esta emissão de debêntures teve como principal objetivo o alongamento do perfil da dívida com as instituições financeiras citadas acima. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual debenturista da 4ª Emissão de novas debêntures simples da Orizon. Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu uma Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular") objetivando única e exclusivamente o pagamento dos juros remuneratórios da última emissão de debêntures simples. **5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão:** Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$150 milhões, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento para início a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures que deverá ocorrer em janeiro de 2022. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. A emissão das debêntures objetivava o pagamento dos juros remuneratórios devidos até a respectiva data no âmbito da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações ora vigente com as mesmas instituições financeiras credoras. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual debenturista da 5ª Emissão de Debêntures Simples da ORIZON. **Suspensão dos efeitos de vencimento antecipado - 4ª e 5ª emissões de debêntures:** Em 18 de dezembro de 2020, foram assinados, pela controlada Orizon Meio Ambiente, documentos de waiver para suspensão dos efetivos vencimentos antecipados de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes das 4ª e 5ª emissões de debêntures, pelo não cumprimento, nos prazos indicados nas Escrituras de Emissões, das obrigações de responsabilidade da Emissora, inclusive em relação as parcelas vencidas e vincendas até o novembro de 2022, prazo máximo para as presentes emissões serem reestruturadas. **Arrendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. A movimentação dos financiamentos para 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.163
Adição de novos contratos no exercício	7.260
Pagamento de principal	(7.704)
Pagamento de juros	(1.249)
Juros apropriados no exercício	1.249
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.719
Adição de novos contratos no período	11.408
Pagamento de principal	(2.728)
Pagamento de juros	(403)
Juros apropriados no período	403
Saldo em 31 de março de 2021	20.399
Circulante	9.229
Não circulante	11.170

Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 31 de março de 2021, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2022	1.264
2023	1.234
2024	1.037
2025 em diante	7.635
Total	11.170

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente a contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 31 de março de 2021, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	11.585
Adições no exercício	7.260
Amortização do direito de uso no exercício	(7.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.201
Adição de novos contratos	10.452
Amortização do direito de uso no período	(3.644)
Saldo em 31 de março de 2021	18.009

Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 31 de março de 2021 de R\$252 (713 em 31 de dezembro de 2020).

13. Fornecedores. Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
	4.270	812	42.128	43.166

Fornecedores

14. Outorgas a pagar (consolidado). Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente. As outorgas são calculadas sobre todas as receitas geradas no aterro sanitário, excetuando-se as receitas oriundas com o próprio poder concedente, no qual a empresa opera sob concessão, através de percentuais definidos nos respectivos contratos de concessão. Os cálculos são mensais e ao final de cada período os valores de outorgas são registrados no resultado contra passivo correspondente. A quitação da obrigação pode ocorrer por pagamento direto ao concedente ou via compensação com saldos a receber de serviços faturados contra o próprio poder concedente, se houver mútuo acordo. As outorgas oriundas da controlada CTRNI, a partir de julho de 2013 começaram a ser quitadas por meio de compensação com as contas a receber das Concedentes (Nota 6). As outorgas vencidas e ainda não compensadas são corrigidas pelo mesmo índice de correção do contas a receber da prefeitura de Nova Iguaçu (INPC/IBGE + juros de 1% ao mês).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente (1)	10%	101	101	101
CTRNI (2)	6%	3.380	2.272	2.272
CTRAL	2%	4.382	4.054	4.054
CTRBM	10%	1.242	985	985
Total		9.105	7.412	7.412

(1) Outorgas calculadas sobre contratos anteriores de comercialização de crédito de carbono, através da incorporação da Novagerar em 2009 (antigo controladora da CTRNI). (2) Outorgas calculadas sobre operações realizadas no aterro sanitário de Nova Iguaçu, sobre as seguintes transações: tratamento e destinação de resíduos, comercialização de biogás e comercialização de crédito de carbono.

15. Salários e encargos sociais (consolidado)

	31/03/2021	31/12/2020
Salários e honorários a pagar	1.990	1.560
INSS a recolher	1.854	1.473
FGTS a recolher	255	341
Provisão e encargos sobre férias	5.797	5.928
Provisão e encargos sobre 13º salário	983	-
IRRF sobre salários	802	430
Outros	72	57
Total	11.753	9.789

16. Parcelamento de impostos (consolidado)

	31/03/2021	31/12/2020
INSS	3.702	1.837
ISS (1)	1.247	1.668
ICMS (2)	756	2.567
COFINS (3)	19.035	12.512
IRPJ (3)	7.925	4.979
CSLL (3)	3.532	2.018
PIS (3)	3.853	2.780
PERT (3)	1.960	2.006
Total	42.010	30.367
Circulante	5.712	6.707
Não circulante	36.298	23.660

As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

	Consolidado		Índices de correção
	Valor original	Quantidade de parcelas	
INSS	5.308	19 a 60	38 a 57
ISS	2.096	24 a 84	15

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Além disso, estão registrados montantes provisionados sobre riscos relacionados a pagamentos ao corpo executivo. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é imputada (natureza passiva) dos processos. b) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível:** Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Cível	233.531	219.996
Trabalhista	7.726	7.726
Tributário	175.326	175.326
Total	416.583	403.048

Ação cível (Consolidado): Em 2005, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou a Ação Civil Pública nº 2005.004.080695-8 em face da S.A. Paulista de Construções e Comércio, CTRA e outros, alegando a prática de atos de improbidade administrativa no âmbito de processo licitatório promovido pelo Município de São Gonçalo com vistas à implementação dos serviços de implantação e operação do Sistema de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos (Edital de Licitação nº 13/03 e Contrato de Concessão nº 001/04). A época, o valor atribuído à causa foi de R\$145.992, tendo se mantido no mesmo montante até 31 de março de 2021. **Tributários (Consolidado): Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado):** Trata-se de discussão sobre IRPJ e CSLL no valor de R\$17.089, referentes ao ano-calendário 2008, decorrente de dedução de despesas e adições não computadas das empresas incorporadas Azurix, Aquamec, Novagerar e El Capitan. Trata-se de discussão sobre IRPJ e CSLL no valor de R\$10.222 referentes ao ano-calendário de 2012, apurados com base no lucro presumido, acrescidos de multa de ofício e juros de mora contra a Ecopesa. Em 03/2017 apresentada Impugnação ao auto de infração. Em 01/2018 proferida decisão julgada improcedente a impugnação apresentada. Em 03/2018 interposto Recurso Voluntário. Aguarda-se decisão acerca do recurso voluntário interposto. Em 2018, a controlada indireta Ecopesa recebeu Auto de Infração da Receita Federal ("RFB") de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), no montante original de R\$10.957 (R\$11.547 em 31 de dezembro de 2020). O Auto de Infração trata de questionamentos sobre a base de presunção do Lucro Presumido, no recolhimento de IRPJ e CSLL realizados pela controlada no ano-calendário de 2015. Atualmente, a Companhia aguarda decisão da impugnação feita pelos advogados patrocinadores da causa. Em 2020 a controlada Orizon Meio Ambiente e as controladas indiretas CTRNI, CTRA e CTRBM receberam Autos de Infrações da Receita Federal ("RFB") relativos a supostos débitos identificados de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IOF e contribuições previdenciárias no montante total de R\$131.798. Atualmente os processos tramitam em Primeira Instância da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, aguardando decisão acerca de impugnação já apresentada. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
	11	11	8.566	8.498

Em 2019 a controlada direta Orizon Meio Ambiente e a controlada indireta Foxx URE-BA, se tornaram objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor da Foxx URE-BA, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes. Desta forma certos recursos entraram em bloqueio judicial até a conclusão do processo. Em 31 de março de 2021 o montante bloqueado judicialmente corresponde a R\$4.250 (R\$1.862 em 31 de dezembro de 2020).

18. Adiantamento de clientes (consolidado). Em 15 de outubro de 2014, a CTRNI e a CTRA firmaram contratos para fornecimento de biogás, em regime de exclusividade, do gás bioquímico extraído e coletado dos aterros sanitários de Nova Iguaçu (RJ) e de São Gonçalo (RJ), para a Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("NIEGAR") e São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR"), respectivamente, entidades que atuam na geração de energia a partir do biogás dos aterros sanitários Os contratos de fornecimento de biogás possuem as principais características, descritas a seguir: **Vigência:** CTRNI - 15 de dezembro de 2034. CTRA - 10 de agosto de 2030. **Preço:** os contratos estabelecem preços de R\$0,12 à R\$0,14 por Nm³ (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, que estabelecem demandas mínimas de 1.369 Nm³/h para a CTRA e 2.933 Nm³/h para a CTRNI (unidade de vazão Normal Metro Cúbico por Hora), reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE¹. **Compensação:** conforme cláusula contratual, o adiantamento será compensado por meio de abatimento dos valores a receber das notas emitidas, à razão de 40% (quarenta por cento). No 1º trimestre de 2016, a Companhia iniciou as atividades de fornecimento de biogás ao cliente Gás Verde, posteriormente NIEGAR e SGEGAR assumiram os contratos que eram da Gás Verde perante à CTRNI e CTRA. A segregação entre os saldos classificados como passivo circulante e não circulante é realizada com base na receita estimada da venda de biogás no exercício seguinte. A partir deste valor aplicamos o percentual de 40% (quarenta por cento) estabelecido em contrato. Em 2017 a Gás Verde quitou o saldo que a CTRA possuía em aberto junto ao Paraná Banco como forma de adiantamento contratual estabelecido para o início da operação de comercialização do biogás, no valor de R\$14.000. Este adiantamento foi reconhecido pela CTRA como uma obrigação junto a Gás Verde e passou a ser compensado quando do início da operação de comercialização de biogás. O adiantamento tem sido compensado com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde. Em 27 de fevereiro de 2015, a controlada direta CTRNI também recebeu adiantamento da Gás Verde (posteriormente NIEGAR) para a comercialização de Biogás, no montante total de R\$9.308, sendo R\$7.308 em caixa e R\$2.000 por meio de compensação de dívida de parte relacionada. Adicionalmente, conforme contrato firmado entre as partes, em virtude da prorrogação do prazo de concessão do aterro sanitário, em julho de 2017, a CTRNI recebeu novo adiantamento do cliente Gás Verde no montante de R\$10.000. Os montantes foram reconhecidos pela CTRNI como uma obrigação junto a Gás Verde (posteriormente NIEGAR) e desde o início da comercialização de biogás tem sido compensados com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde/ NIEGAR. A partir de 2018, as controladas CTRNI e CTRA começaram a faturar e receber os valores com base nas medições correntes. Conforme descrito na Nota 12, os recebíveis da venda de biogás foram oferecidos em garantia para a operação com o Credit Suisse em junho de 2020, anteriormente os recebíveis eram dados em garantia da operação com o FIDC NP, liquidado também em junho de 2020. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	18.864
Adiantamentos recebidos	9.845
Compensações	(5.932)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.777
Adiantamentos recebidos	11.560
Compensações	(7.135)
Saldo em 31 de março de 2021	27.202

19. Contas a pagar. Arbitragem: Em 31 de janeiro de 2012 a Biogás instaurou procedimento de arbitragem referente ao Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda de Ativo" contra a controlada Orizon Meio Ambiente, tendo a mesma reconhecido dívida diante de Sentença Arbitral. Em 15 de outubro de 2014, a Orizon Meio Ambiente e a Biogás assinaram Instrumento Particular de Assunção de dívidas. Por este instrumento, as controladas indiretas CTRNI e CTRA assumiram a dívida integral da Orizon Meio Ambiente (R\$26.480 na data-base do acordo) já acrescida dos encargos. Deste valor, a CTRA assumiu o montante de R\$9.930 e a CTRNI o montante de R\$16.550. Por sua vez, a Biogás transferiu o direito destes valores a receber para a Gás Verde, a qual possuía contratos firmados com a CTRA e CTRNI para aquisição de biogás gerado na operação dos aterros sanitários. Com base nos termos supracitados, foi acordado que valores agora devidos pela CTRA e CTRNI para a Gás Verde (NIEGAR/ SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada devida pela mesma. Em 22 de junho de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente juntamente com a NIEGAR e SGEGAR assinaram termo de ratificação de entendimentos e confirmação de valores para compensação de saldos a receber do contrato de comercialização de biogás com os saldos provisionados de arbitragem. Em 31 de março de 2021, os valores são apresentados conforme abaixo:

	CTRNI	CTRA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	13.810	10.855	24.665
Compensações com valores faturas de biogás	(9.648)	(4.600)	(14.248)
Correções monetárias	1.783	2.095	3.878
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.945	8.350	14.295
Compensações líquidas	-	(672)	(672)
Saldo em 31 de março de 2021	5.945	7.678	13.623

Cessão de dívidas: Em março de 2020, a Orizon e a Synthesis assinaram Instrumento Particular de Dívida e Repactuação de Termos e Condições. Neste acordo firmado foi definido que parte do novo saldo acordado seria cedido para credores da Synthesis, como forma de quitação da mesma perante estes credores. Desta forma, a Orizon passou a ser devedora de duas pessoas físicas que possuíam relação com a Synthesis, no montante total de R\$9.491. A cessão foi dividida em duas dívidas, conforme abaixo: • 1ª cessão de dívida: Valor de principal: R\$8.991; Remuneração: 8,6% a.a e vencimento em março de 2027, com pagamentos em bases mensais. • 2ª cessão de dívida: Valor de principal: R\$500; Remuneração: 80% do CDI e vencimento em junho de 2023, com pagamentos em bases mensais. Os valores estão apresentados no quadro abaixo:

Constituição pela cessão da dívida - 27/03/2020	9.491
Descontos obtidos	(81)
Pagamentos líquidos	(1.252)
Atualizações monetárias	490
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.648
Pagamentos líquidos	(417)
Atualizações monetárias	227
Saldo em 31 de março de 2021	8.458
Circulante	1.545
Não circulante	6.913

20. Patrimônio líquido. a) **Capital social:** Em 31 de março de 2020, o capital social da Companhia é de R\$844.323 (R\$543.323 em 31 de dezembro de 2020), representado por 71.449.970 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A.	37.580	52,56%
Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	10.275	14,37%
Free Float	23.645	33,07%
Total	71.500	100%

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2020:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A.	37.633.010	73,47%
Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	12.074.350	23,58%
SH 1000 Participações S.A.	478.820	0,93%
SGRP Empreendimentos e Participações S.A.	403.590	0,79%
Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda.	140.430	0,27%
Outros minoritários	490.690	0,96%
Total	51.220.890	100,00%

Em 06 de janeiro de 2020, as empresas SH1000 Participações S.A. ("SH1000") e Inovatec Participações S.A. ("Inovatec"), sendo ambas acionistas da Orizon - controladora da Orizon Meio Ambiente, assinaram instrumento particular de transferência de ações e outras avenças. A SH1000 transferiu 259.882 ações para a Inovatec, reduzindo sua participação para 0,93481% antes da conversão das debêntures e 0,8975% após eventual exercício de conversão das debêntures pela Inovatec Participações S.A.. Esta transação não gerou impacto no resultado da Companhia. Em 28 de outubro de 2020, os acionistas Infrabrasil Fundo de Investimentos em Participações e Fundo de Investimentos em Participações Caixa Ambiental, transferiram respectivamente 808.569 e 398.866 ações para a Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia através de acordo firmado entre as partes, que inclui, dentre outros, a adesão do novo acionista ao Acordo de Acionistas da Companhia. Com a transação, a Spectra passou a deter o total de 1.207.435 ações que correspondem a 23,58% de participação no capital social da Orizon, não havendo qualquer alteração na participação dos demais acionistas da Companhia. No final de 2020, o acionista Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda., integralizou no montante de R\$875 via prestação de serviços com emissão de nota fiscal, o capital social que estava pendente de integralização pela mesma. Em 25 de janeiro de 2021 ocorreram os seguintes eventos na Companhia: • Conversão das debêntures conversíveis da 2ª e 3ª emissão, mediante a emissão de 213 novas ações ordinárias. O aumento de capital social ocorreu contra a rubrica de bônus de subscrição. • Emissão de 81.245 novas ações, em virtude da entrada do acionista Fundo de Liquidação Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Padronizado, representado por sua gestora. • Aprovação por unanimidade do desdobramento de ações, passando cada ação a ser representada por 10 ações. Desta forma, o capital social passou a ser dividido em 54.163 ações. Estas transações geraram impacto de R\$2,00 no Capital Social da Companhia, que passou a ser de R\$544.323 representado por 54.164 ações. **Abertura de capital – Oferta Pública de Ações:** Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R\$381.339 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R\$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R\$544.323 para R\$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17/02/2021 com preço de R\$ 22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R\$ 381.399 e recebido o valor de R\$ 359.977 líquido dos custos da transação. b) **Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis:** No período de 2008 a 2012 a Orizon Valorização de Resíduos S.A. - " Companhia " efetuou três emissões de Debêntures privadas, conversíveis em ações, em favor do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus, gerido pelo Banco Bradesco BBI - " Debenturista ". Abaixo os valores nominais e quantidade de ações correspondentes de cada emissão:

Acionista	Valor	Ações
1ª Emissão de Debêntures	84.917.474	156.638
2ª Emissão de Debêntures	50.000.000	112.362
3ª Emissão de Debêntures	15.919.083	159.159
Total	150.836.557	428.159

Nos anos de 2010 e 2013 o Debenturista efetuou a conversão integral das debêntures da 1ª Emissão e parcial das debêntures da 2ª Emissão. Abaixo o saldo de valores nominais e quantidade de ações para dezembro de 2020 e 2019:

1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acionista	Valor	Ações
2ª Emissão de Debêntures	14.958.096	53.872
3ª Emissão de Debêntures	15.919.083	159.159
Total	30.877.179	213.031

Em 26 de Julho de 2019 o Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus transferiu para Inovatec Participações S.A as debêntures ainda não convertidas através de documento assinado entre as partes. Tal transação ocorreu no momento da aquisição das ações do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus pela Inovatec Participações S.A. c) **Reserva especial de ágio na incorporação:** Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de dezembro de 2012, que apresentava o montante de R\$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R\$5.838, gerando um aumento de R\$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. d) **Bônus de Subscrição:** Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R\$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. e) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas demonstrações financeiras na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). f) **Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. h) **Desdobramento de ações:** A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 25 de janeiro de 2021, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 54.163, após emissão e conversão de novas ações na mesma data, conforme supracitado. Assim, a quantidade de ações passou de 5.122 para 54.163, todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O desdobramento altera única e exclusivamente o número de ações de emissão da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76, não resultando na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento será efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas, após o efeito do desdobramento de ações, é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações	%	Saldo
Inovatec Participações S.A.	39.763	73,41%	399.605
Fundo Spectra Portinari	12.074	22,29%	121.342
Minoritários	2.326	4,30%	23.376
Total	54.163	100,00%	544.323

g) **Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação:** Nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Quantidade de ações ordinárias	(46.579)	(10.009)	(45.525)	(9.163)
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação	71.550	51.220	71.550	51.220
Quantidade de ações ordinárias e Debêntures conversíveis em ações	(0,65)	(0,20)	(0,64)	(0,18)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação	54.761	53.350	54.761	53.350
21. Receita operacional líquida (consolidado)	(0,85)	(0,19)	(0,83)	(0,17)
Receita operacional bruta			31.03/2021	31/03/2020
Deduções da receita bruta			103.138	105.690

Programa de Integração Social – PIS	(1.532)	(1.578)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(7.076)	(7.272)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(4.045)	(4.434)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(708)	(527)
Outros	(557)	(370)
Total dos impostos incidentes	(13.918)	(14.181)
Vendas canceladas	(1.595)	-
Receita operacional líquida	87.625	91.509

22. Custos e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(40.959)	(40.959)	-	-
Total	(40.959)	(40.959)	-	-

Pessoal	-	(58)	-	(56)
Serviços de terceiros	-	(35)	-	-
Aluguéis	-	(47)	-	-
Outros	-	(41.099)	-	(56)
Total	-	(41.099)	-	(56)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Custo dos serviços prestados	(12.232)	(47.014)	(11.120)	(3.750)
Despesas gerais e administrativas	(8.858)	-	(6.089)	(593)
Total	(9.646)	(1.033)	(10.679)	(199)

Material de produção e consumo	(7.361)	(1.765)	(6.700)	(3.034)
Depreciação e amortização	(2.859)	(410)	(2.765)	(634)
Serviços de terceiros	(2.206)	(78)	(2.284)	(394)
Aluguéis	(10.527)	(111)	(10.638)	(95)
Outorgas	(3.138)	(37)	(3.175)	(21)
Energia (¹)	(440)	(10)	(450)	-
Combustíveis	-	-	-	(733)
Fretes	(2.117)	(863)	(2.980)	(851)
Contingências	-	-	-	(3.022)
Outros	(59.384)	(51.321)	(57.894)	(10.304)
Total	(59.384)	(51.321)	(110.705)	(68.198)

(¹) Nesta rubrica está classificado o montante referente à aquisição de energia elétrica pela controlada indireta Foxx URE-BA durante os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

23. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras	-	-	6.025	-
Ajuste a valor presente	140	-	167	51
Rendimentos de aplicações financeiras	-	81	16	115
Descontos financeiros obtidos (**)	-	399	28	542
Outras receitas financeiras	(48)	-	(1.489)	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	92	480	4.747	708
Total	(17.566)	-	(8.953)	-

Instrumento financeiro mensurado ao valor justo	(7.574)	(11.535)	(10.923)	(11.929)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(9.492)	(1.940)	(9.834)
Multa e juros (¹)	-	-	(226)	(195)
Desconto concedido	(117)	-	(2.125)	(4.844)
Outras despesas financeiras (**)	(25.257)	(21.027)	(24.167)	(26.802)
Total	(25.165)	(20.547)	(19.420)	(26.094)

(1) Nesta rubrica estão reconhecidos os efeitos da seção de dívida da Syn

Categoria	31/03/2021			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Títulos e valores mobiliários				
Contas a receber de clientes				
Contas a receber de partes relacionadas				
Depósitos judiciais e cauções				
Passivos financeiros				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos				
Arrendamentos				
Contas a pagar a partes relacionadas				
Outorgas a pagar				
Adiantamento de clientes				

Categoria	31/12/2020			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Títulos e valores mobiliários				
Contas a receber de clientes				
Contas a receber de partes relacionadas				
Depósitos judiciais e cauções				
Passivos financeiros				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos				
Arrendamentos				
Contas a pagar a partes relacionadas				
Outorgas a pagar				
Adiantamento de clientes				

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*non performance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - Os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 31 de março de 2021 e 2019, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. *Nível 2* - Os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são todos classificados como Nível 2. *Nível 3* - Os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Hierarquia do valor justo	Controladora			
	Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)		Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020

Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	185	1	185
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	342.893	8.115	342.893
Contas a receber de partes relacionadas		5.982	5.982	5.982
Depósitos judiciais e cauções		11	11	11
Passivos financeiros				
Fornecedores		4.270	812	4.270
Empréstimos e financiamentos		578.750	553.610	578.750
Contas a pagar a partes relacionadas		121.352	107.763	121.352

Hierarquia do valor justo	Consolidado			
	Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)		Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020

Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2.181	6.044	2.181
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	357.829	18.646	357.829
Contas a receber de clientes		139.552	121.873	139.552
Contas a receber de partes relacionadas		8.926	8.485	8.926
Depósitos judiciais e cauções		8.566	8.498	8.566
Passivos financeiros				
Fornecedores		42.128	43.166	42.128
Empréstimos e financiamentos		329.814	325.658	329.814
Arrendamentos		20.399	11.719	20.399
Outorgas a pagar		9.105	7.412	9.105
Adiantamento de clientes		27.202	22.777	27.202

Nível 3—Continuação: *Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo:* A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes Orizon Meio Ambienteóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter

rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçú, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a Ecopesa e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Categoria	Controladora				
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses		De 1 a 5 anos
			meses	a 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	185	-	-	-	185
Títulos e valores mobiliários	342.893	-	-	-	342.893
Partes relacionadas	-	-	-	-	5.902
Total	343.078	-	-	-	5.902

Categoria	Consolidado				
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses		De 1 a 5 anos
			meses	a 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	2.112	-	-	-	2.112
Títulos e valores mobiliários	357.829	-	-	-	357.829
Contas a receber de clientes	-	57.104	53.861	18.687	9.900
Partes relacionadas	-	-	-	-	10.570
Total	359.941	57.104	53.861	18.687	20.470

Categoria	Controladora				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	3.799	471	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	578.750	-
Partes relacionadas	-	-	7.843	121.591	-
Total	3.799	471	7.843	700.341	-

Categoria	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	36.717	5.411	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.456	2.913	49.669	211.786	60.990
Arrendamentos	769	1.538	6.922	11.170	-
Outorgas a pagar	9.105	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	1.838	3.676	16.540	5.149	-
Total	52.885	13.538	73.131	228.105	60.990

Risco de crédito. O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R\$32.492 e R\$32.291, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 6). **Risco de preços:** Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. **Risco de taxa de juros:** Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. **Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:** A expectativa de mercado^(*) indicava uma taxa estimada do CDI em 2,75%, cenário provável para o período findo em 31 de março de 2021, ante a taxa efetiva de 3,58% (www.cetip.com.br), verificada em 31 de março de 2021. A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Ativos (Consolidado)			
	Saldo 31/03/2021	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 31/03/2021	2,22%	-	-	-
Aplicações financeiras (Nota 5)	349.438	354.182	357.309	360.437
Taxa anual estimada - exercício a findar em 31/12/2021	-	3,58%	4,48%	5,37%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2021	-	4.744	7.871	10.999

Operação	Passivos (Consolidado)			
	Saldo 31/03/2021	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	329.814	334.291	337.243	340.195
Taxa anual estimada - exercício a findar em 31/12/2021	-	3,58%	4,48%	5,37%
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	4.477	7.429	10.381

(*) Fonte: BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br). **Risco de gerenciamento de capital:** A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de março de 2021 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas:* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento. **27. Cobertura de seguros (consolidado).** A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2021, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se à coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

28. Transações não envolvendo caixa (Consolidado)
Bônus de subscrição – Exercício **10.473**
29. Eventos subsequentes. **Liquidação parcial antecipada de CCBs – Credit Suisse:** Em 22 de abril de 2021, a Companhia efetuou a liquidação antecipada parcial da dívida com o Credit Suisse, referente a 6 CCBs, restando ainda em aberto 22 CCBs para quitação até as respectivas datas de vencimentos (nota 12). O montante de liquidação foi de R\$68.400, sem multa ou custo de pré-pagamento. **Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco:** Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação da maior unidade de triagem mecanizada ("UTM") do país a ser instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento que contará com maquinário da mais alta tecnologia, tem investimento da ordem de R\$70 milhões e entrada em operação prevista para o primeiro trimestre de 2022. Estima-se que a UTM processará, aproximadamente, 500 mil toneladas de resíduos sólidos ao ano e promoverá maior reaproveitamento dos resíduos que chegam ao referido ecoparque. **Potenciais Aquisições:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 13 de maio de 2021, a apresentação, em conjunto com fundo de investimentos creditórios gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (stalking horse), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva Isolada ("UPI Aterros") nos termos do plano de recuperação judicial a ser deliberado na assembleia geral de credores do Grupo Estre – em recuperação judicial ("Aquisição Estre") agendada para 14 de maio de 2021.

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Orizon Valorização de Resíduos S.A.**
Rio de Janeiro - RJ
Introdução. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão.** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos

significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas.** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Outros assuntos.** **Demonstrações do valor adicionado.** As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021.



ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta - Contadora CRC-1RJ101080/O-0